

Lula diz que trabalhador foi saqueado

GEORGE ALONSO
HELIANA FRAZÃO E MAURÍCIO PALHARES
Agência JB

SALVADOR E SÃO PAULO – O candidato da frente de esquerda à presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), considerou o pacote contra o desemprego anunciado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso um saque ao bolso do trabalhador. Segundo Lula, a redução da contribuição empresarial para 2% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de 8% para 2%, não leva em conta que o país precisa aumentar sua poupança interna, para que possa investir em setores que são geradores de emprego e renda.

“É um absurdo que, ao invés de pensar em investir na economia para gerar empregos, o governo resolva diminuir aquilo que é o pouco que o trabalhador tem, o FGTS”, afirmou o petista. Acrescentou que Fernando Henrique “está perdido, não tem uma única resposta para a questão desemprego e do aumento da capacidade produtiva do país”. Segundo Lula, o presidente “tem apenas idéias como a de diminuir os já reduzidos direitos do trabalhador”.

Comparando o pacote do governo com o programa de combate ao desemprego que apresentou, Lula disse que a proposta da frente de oposições é investir nos setores que absorvem mão-de-obra: pequenas e médias empresas, construção civil e agricultura. O projeto de irrigar 1,5 milhão de hectares no Nordeste, continuou Lula, tem por objetivo transformar o Semi-Árido em área “onde se possa viver decentemente”.

Lula veio a Salvador para lançar os programa Primeiro Emprego, direcionado para os jovens que ingressam no mercado de trabalho, e Emprego Solidário que, inspirado em projeto de autoria do deputado Domingos Leonelli (PSB-BA), propõe medidas para facilitar a contratação de trabalhadores.

A demissão temporária de trabalhadores, prevista no pacote, é vista por Lula como um incentivo ao desemprego. “É incrível que no final do século 20, quando o mundo se preocupa em gerar emprego, o governo ache que, facilitando a dispensa de trabalhadores em troca de um salário mínimo pago pelo seguro-desemprego, venha a resolver o problema”, questionou.

Factóide – O economista Guido Mantega, professor da Fundação Getúlio Vargas e membro da equipe responsável pelo programa de Lula, disse em São Paulo que o pacote contra o desemprego “é uma cortina de fumaça para esconder o programa do PT, que vai no fundo do problema”. Acrescentou que o pacote “é um factóide, um abuso de medidas provisórias em favor da campanha da reeleição e, infelizmente, não contra o desemprego. É propaganda disfarçada”.

Para o historiador Marco Aurélio Garcia, professor da Universidade Estadual de Campinas e coordenador do grupo de programa, o uso de medidas provisórias revela que o governo não é capaz de dialogar com a sociedade e sequer com o Congresso. “Esse é o lado perverso da coisa. Além de excludente, essa política econômica tem traços autoritários”, afirmou.

Segundo Mantega, o governo está atacando o índice do desemprego, não o desemprego. “Isso ainda facilita a fraude. A empresa finge que demite e deixa de pagar as contribuições”, disse. A aplicação da penalidade de advertência a empresas que cometam faltas leves na área trabalhista, na sua opinião, “é uma piada, um estímulo à infração”.

O economista petista atacou ainda a medida provisória que cria o trabalho em tempo parcial e o projeto de lei que enxuga a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), retirando a proibição de reduzir salário.

“O melhor seria criar a redução oficial da jornada de trabalho. Do jeito que que está, vai haver fraude. A empresa reduzirá o salário e obrigará o trabalhador a cumprir o mesmo número de horas que cumpria”, previu. Mantega acredita que o desemprego obrigará os trabalhadores a aceitarem redução de salário sem diminuição da jornada.

“Talvez eles deversem revogar também a Lei Áurea”, ironizou Marco Aurélio. O professor da Unicamp disse que o presidente Fernando Henrique optou por “um impressionante programa complementar para promover o desemprego, o que ele já vinha implementando”. Lembrou que, em outros países, a demissão temporária é financiada por fundos da iniciativa privada. “Aqui, quem paga é o dinheiro da viúva” (do Tesouro Nacional).

Mantega ressaltou que o Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), anunciado como novidade, já existia, e o Programa Nacional de Qualificação Profissional (Planfor) apenas delega aos estados o treinamento e a requalificação de mão-de-obra.

Atraso – Boas medidas, mas insuficientes e adotadas com atraso. Essas foram as considerações de empresários e sindicalistas sobre as medidas de combate ao desemprego anunciadas pelo ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

Para o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores, João Antônio Felício, a demissão temporária mostra “como o governo é bom para cassar os direitos do trabalhador e péssimo para combater abusos dos empresários”.

Felício disse que “a CUT sempre foi a favor do fim do imposto e unicidade sindicais”. Para ele, todo trabalhador deve ter direito a escolher seu sindicato. Quanto ao fim do imposto sindical, frisou que a orientação da CUT é de que os sindicatos se mantenham exclusivamente com as contribuições de seus associados. “Mas deveriam ser criadas alternativas, já que muitos sindicatos vivem exclusivamente do imposto”, lembrou Felício.

Na opinião do presidente dos Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, a medida mais importante anunciada pelo ministro do Trabalho foi a criação do contrato de trabalho de meio período, que teria efeito imediato na geração de empregos. “Lógico que serão trabalhos com salários menores, mas duas pessoas poderão ser contratadas para ocupar uma única vaga”, aplaudiu.

Segundo o presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), Roberto Macedo, a demissão temporária existe há pelo menos 30 anos na Inglaterra. Macedo disse que a demissão temporária é eficaz em períodos de produção baixa. “Isso é necessário e corriqueiro nos países desenvolvidos. Só que nós levamos 30 anos para copiá-los”, arrematou.



Lula acha que governo não tem propostas e considera absurdo diminuir o “pouco que o trabalhador tem”

Salvador – Correio da Bahia/AJB